

MÉTODOS DE ENSINO DE HISTÓRIA PARA A EDUCAÇÃO ÉTNICO-RACIAIS NAS ESCOLAS

Letícia Mendes da Silva

Universidade Federal do Acre
Lety.mendes.silva@hotmail.com

Este trabalho é fruto de uma oficina sobre ensino de história, ofertada pelo PIBID, e de uma pesquisa sobre os métodos aplicados nas escolas Lindaura M. Leitão e Pe. Diogo Feijó para educação das relações étnico-raciais. A importância deste trabalho está em avaliar os métodos que estas escolas estão adotando para inserir em seu cotidiano os novos temas propostos pela lei 10.639/03, que veio para inserir no currículo escolar a história da cultura afro-brasileira e africana. Tem-se como objetivo identificar quais métodos os professores estão utilizando para trabalhar as relações étnico-raciais nestas escolas. Para a construção deste trabalho utiliza-se como referencial teórico Bittencourt (2005) que nos traz um histórico de métodos utilizados no ensino de História, de acordo com a temporalidade que este ensino está inserido, nos mostrando que vivemos um momento onde estes métodos têm sido ampliados, possibilitando novas possibilidades de inserção de outras temáticas. Além disso, Alves (2007) nos chama a atenção para a necessidade de uma mudança de postura dos educadores quanto às maneiras de conduzir o processo de ensino-aprendizagem para que o ensino desta temática seja efetivado. A metodologia utilizada para a realização deste trabalho foi a análise de sequências didáticas e dos métodos utilizados pelos professores destas escolas. Sendo assim podemos inferir que é necessário um olhar mais cuidadoso no ensino de história acerca da educação étnico-racial, pois a educação é essencial para o rompimento de preconceitos tanto no ambiente escolar quanto na sociedade como um todo.

Palavras-chave: Educação, Relações Étnico-raciais, Métodos.

Introdução

Este trabalho trata de experiências vivenciadas nas atividades desenvolvidas no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), como também a nossa participação na tutoria do módulo VI do Curso de Especialização UNIAFRO: Política de Igualdade Racial na Escola, da Universidade Federal do Acre-UFAC. Tal curso tratava sobre a “Educação das Relações étnico-raciais” e mecanismos educacionais que são usados em sala para trabalhar as questões étnico-raciais dentro do campo escolar.

Essa pesquisa foi desenvolvida devido à necessidade de uma melhor compreensão de como a educação das relações étnico-raciais é desenvolvida nas escolas, vendo que esses órgãos educacionais têm que inserir e executar em seu currículo temáticas que discutam a diversidade sociocultural, como gênero, raça, etnia, religião, dentre outros. Perante isto, baseamo-nos nas metodologias que são usadas para que essa diretriz seja efetivamente desenvolvida na educação escolar, considerando que o professor precisa ser parte dessa mudança e, para tanto, precisam compreender que há uma clara violação de direitos, principalmente da população negra no meio social.

A escola não deve promover somente saberes, mas práticas educativas que promovam respeito à diversidade do meio social onde vivemos. Temos no Brasil e no mundo uma grande necessidade educacional de expandir temáticas relacionadas à cultura afro-brasileira e africana, levando em consideração que somos constituídos por diferentes grupos étnico-raciais, sendo caracterizada, em termos culturais, como uma das sociedades mais ricas do mundo. Porém, a história da nossa sociedade é marcada por desigualdades e discriminações, especificamente contra negros e indígenas, impedindo, muitas vezes, o desenvolvimento econômico, político e social destes povos. Dessa forma, faz-se importante salientar que a escola compreenda que a ética não deve ser uma disciplina a ser dada por um professor específico. A educação moral deve ser construída através de valores e por meio da interação social, considerando que cada indivíduo vai contribuir com o seus valores, saberes e cultura.

Este trabalho foi feito dentro a partir desta perspectiva porque considero ser um assunto relevante para todos os educadores, historiadores e para a sociedade, pois nele iremos identificar quais métodos estão sendo utilizadas no ensino de história para trabalhar as relações étnico-raciais nas escolas Lindaura Martins Leitão e Padre Diogo Feijó, escolas nas quais tivemos a oportunidade de pesquisar e observar a forma pela qual a lei 10.639/03 que veio para inserir no currículo escolar a história da cultura afro-brasileira e africana, está sendo aplicada no âmbito escolar e se realmente essas escolas estão cumprindo com aquilo que lhes foi proposto em lei.

Porque sabemos que a inserção deste conteúdo no ensino está sofrendo muita resistência por parte dos educadores, pelo fato de que seria mais uma carga, ou seja, mais uma preocupação, além daquelas que eles já possuem. Então os professores em sua maioria preferem ignorar aquilo que está proposto em lei que vigora desde 2003. Por isso, construímos este artigo para ressaltar que a escola deve proporcionar as condições necessárias para a transmissão e assimilação dos conhecimentos buscando sempre trazer o maior numero de informações possíveis para toda a comunidade escolar.

Portanto, a lei 10.639/03 é de suma importância, sabendo-se que o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana no Brasil sempre foi lembrado nas aulas de História com o tema da escravidão negra africana. No presente texto, pretendemos esboçar uma reflexão acerca desta lei que, alterada pela Lei 11.645/08, que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana em todas as escolas, públicas e particulares, do ensino fundamental até o ensino médio.

Então a inserção deste conteúdo trará mais uma fonte de conhecimento para os alunos, pois vai contar a real história da cultura Afro-brasileira e Africana das suas lutas sofrimentos e conquistas assim desmitificando os acontecimentos durante toda a trajetória dos negros.

A melhor forma de educar nossas crianças e com o conhecimento de todas as áreas trazendo a tona essas discursões na escola para que haja uma melhor compreensão sobre as relações étnico-raciais, buscando amenizar o preconceito e a discriminação que é muito presente nas escolas.

O principal intuito foi de conscientizar os alunos sobre a importância desse debate dentro da escola, apresentando a diversidade cultural que constitui o meio social no qual o mesmo se insere. BOURDIEU (1990, p. 71), que tem influenciado nossas reflexões, diz que “O mundo social é um lugar de lutas a propósito de palavras que devem sua gravidade e às vezes sua violência, ao fato de que as palavras fazem as coisas, em grande parte, e ao fato de que mudar as palavras e, em termos gerais, as representações [...] já é mudar as coisas.”

Conforme sugere a reflexão de Bourdieu, as palavras e seus conteúdos são instrumentos de luta, e foi nesse sentido que esse debate se apoiou, de lutar contra a discriminação de dialogar com as diferenças, de respeitar o outro independente de sua cultura. Esse é o papel da escola, desmitificar essa concepção de que todos são iguais, é essencial para uma criança que em sua formação social tenha essa compreensão. E tudo se modifica se transforma com palavras, com o conhecimento.

Buscou-se neste trabalho traçar uma nova trajetória, para não colocar o âmbito escola como reprodutor de preconceito voltando o olhar para uma análise de como o aluno compreende essa temática, o que ele trás de casa para a escola, então o desenrolar da ação vai se basear em tentar responder essas questões. Pois consideramos esse assunto de total relevância para toda a comunidade escolar e para o meio social em geral. Buscando sempre conscientizar o aluno da importância deste debate dentro da escola.

Outra questão importante dos nossos objetivos foi analisar os métodos que os professores utilizam em sala de aula na tentativa de criar um dialogo de construção mutua para a formalização de conceitos partindo do conhecimento adquirido. “A história se faz com os documentos escritos, sem dúvida, quando eles existem. Mas ela pode ser feita, deve ser feita com tudo o que a engenhosidade do historiador lhe permitir utilizar.” (FEBVRE apud SCHMIDT, 1974, p. 21)

A pretensão de criar esse diálogo está em explicar historicamente a realidade na qual o aluno se insere de fato como nos apresenta Febvre tudo parte de uma engenhosidade, uma escolha, a história nos permite isso, é preciso passar por uma reforma de conceitos e caminhar

com a definição de que tudo está em movimento e é preciso se adequar a tais mudanças, sendo pertinentes ou não.

Sabemos que o Brasil por muito tempo foi considerado o país da “democracia racial”, no entanto, é possível perceber as grandes e graves desigualdades raciais que têm marcado de forma violenta a realidade histórica do nosso país. Por isso vimos a necessidade de colocar este debate em questão, pois nossas escolas atualmente estão sendo reprodutoras de preconceito, e a lei 10.639/03 veio para tentar amenizar isso através da educação, para que desde cedo as crianças venham ter respeito pelas diversidades que nosso país possui.

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (1998, p. 38):

O que se torna significativo e relevante consolida seu aprendizado. O que ele aprende fundamenta a construção e a reconstrução de seus valores e práticas cotidianas e as suas experiências sociais e culturais. O que o sensibiliza molda a sua identidade nas relações mantidas com a família, os amigos, os grupos mais próximos e mais distantes e com a sua geração. O que provoca conflitos e dúvidas estimula-o a distinguir, explicar e dar sentido para o presente, o passado e o futuro, percebendo a vida como suscetível de transformação.

Os parâmetros curriculares mostram com clareza que o aprendizado dos alunos influencia diretamente na construção dos seus valores e é por esse motivo que as escolas devem ensinar a história da cultura afro-brasileira e africana para seus alunos, pois a partir daí eles irão ter um olhar diferenciado sobre esta questão, mudando sua forma de pensar compreendendo que a diversidade cultural é um fator que exerce muita influência nas relações sociais estabelecidas pelos indivíduos que nela se insere, a escola é colocada aqui como o viés de preparação para que esses indivíduos não se sintam perdidos, logo apresentar ferramentas para essa postura permeia a função de um professor.

Para a construção deste trabalho utilizamos como referencial teórico Bittencourt (2005) que nos traz um histórico de métodos utilizados no ensino de História, de acordo com a temporalidade que este ensino está inserido, nos mostrando que vivemos um momento onde estes métodos têm sido ampliados, possibilitando novas possibilidades de inserção de outras temáticas.

Como a lei 10.639/03 que trata da obrigatoriedade do estudo da história africana e afro-brasileira nas escolas, por exemplo, apresenta-se como um avanço significativo, pois responde alguns anseios do movimento negro e ao mesmo tempo se configura como uma estratégia de quebra de silêncio, pois Como afirma Luciana Alves (2010) o silêncio foi por muito tempo, a principal estratégia pedagógica encontrada pelos professores para lidar com a situação de preconceito e discriminação no âmbito escolar.

Neste sentido, pretendemos com esse artigo quebrar alguns silêncios, levando os alunos e professores à reflexões significativas sobre a necessidade de mudanças de atitudes entre os sujeitos da escola no que se refere à comportamentos preconceituosos e discriminatórios.

A lei federal 10.639/03 reforça a luta em favor dos afro-brasileiros e é resultado de uma luta antirracista. Fazer vir a tona a discussão sobre o racismo é uma forma de não silenciar os mais diversos preconceitos e discriminações presentes na escola além de promover relações mais igualitárias, como apresenta o ministério da educação do Brasil (2005, P.11)

Ao longo de sua obra a autora Circe Bittencourt mostra a relação que a disciplina tem com o contexto histórico no qual se insere, e os desdobramentos que a utilização de certos métodos tiveram até o presente momento no sentido de possibilitar a constituição da disciplina tanto no âmbito acadêmico quanto escolar.

A autora mostra a mudança de panorama que a disciplina sofreu desde o início do século XX, com a formação das raízes nacionais brasileiras, até as propostas curriculares da década de 1990, momento marcado pelo avanço tecnológico que também interferiu na produção do conhecimento e na formulação de novas Diretrizes Curriculares, estas focam de maneira intensa o papel do professor enquanto planejador do ensino e capaz de perceber e adequar sua prática pedagógica às especificidades de cada realidade escolar.

E essa realidade escolar insere-se na importância do estudo de temas decorrentes da história e cultura afro-brasileira e africana não se restringindo apenas a população negra, ao contrário, dizem respeito a todos os brasileiros, uma vez que devem educar-se enquanto cidadãos atuantes no seio de uma sociedade multicultural e pluriétnica, capazes de construir uma nação democrática.

Alves (2007) nos relata a necessidade de mudar na postura dos educadores com relação ao ensino desta temática em sala de aula, tendo em vista que esta mudança tem de ocorrer de maneira que o tema sobre as relações étnico-raciais seja de fato efetivado e aplicado com sucesso. Porém a prática deste desenvolver não é simples como afirma Alves, pois não é fácil para o educador colocar e executar tais mudanças no currículo, porém cabe ao mesmo o ato desta tentativa de erradicação deste e de outros preconceitos.

Com o advento da Lei 10.639/03, as instituições públicas e privadas sentiram a necessidade de qualificar seus funcionários com práticas pedagógicas que facilitassem os profissionais da Educação na aplicação e desenvolver desse ensino das relações étnico-raciais. Mas Alves nos deixa claro que primeiramente temos que romper com o currículo conservador

e lecionar de maneira clara e objetiva, tentando assim atingir as metas as quais se quer chegar com este processo.

As práticas e métodos aplicados pelos educadores no processo de ensino-aprendizagem das relações étnico-raciais devem ser trabalhadas e aplicadas de forma didática em sala segundo Alves, aonde estas atividades voltadas ao tema tem que buscar favorecer um novo olhar sobre a temática de forma que tenha um foco sobre as críticas e diversidade, sem deixar de lado o aspecto da relação de respeito, transformando o ambiente em um meio reflexivo ampliando assim o aspecto cultural de cada aluno vivenciada a partir da experiência do outro.

Metodologia

Para a realização deste trabalho utilizamos como metodologia as sequências didáticas das escolas Lindaura Martins Leitão e Padre Diogo Feijó para identificarmos se a lei 10.639/03 esta sendo cumprida e quais os métodos utilizados, também observamos a rotina das escolas as atividades que eram feitas em relação à temática em questão, na escola Lindaura M. Leitão o método usado para aplicar a lei é feito através de oficinas que mobiliza toda a comunidade escolar, nessas oficinas os professores trabalham textos, musicas e documentários que mostram a história da cultura afro-brasileira e africana esta e uma forma bem interessante de interagir com todos os alunos a respeito desses que e tão importante para a formação de cidadãos mais conscientes e menos preconceituosos, pois o preconceito só ocorre quando desconhecemos o assunto, então e fundamental que a escola ofereça o máximo de conhecimento para seus alunos.

Resultados e Discussão

Contudo podemos perceber que grandes avanços foram conquistados na Educação Brasileira nas décadas mais recentes isso é inegável. Mas levando em consideração as condições de acesso, pode se ver que as conquistas ainda se tornam bem restritas à implementação de leis sem se atentar para seu cumprimento nas posturas e práticas e que devem ser corrigidas a partir do corpo docente e de toda a comunidade escolar.

A Igualdade e diferença na escola se torna um desafio à formação de professores, pois a maior parte de nossos professores não foram formados para analisarem a questão étnico-racial de forma a se desprenderem dos hábitos eurocêntricos, vendo que a escola tem a função de formar o aluno para exercer de sua cidadania, do trabalho e continuar aprendendo ao longo da vida.

Esta é a orientação da Lei de Diretrizes de Bases e das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino no Brasil, onde ampliar a cidadania é um dos objetivos principais

que devem orientar o trabalho pedagógico, e por causa disso, a escola tem que buscar o desenvolvimento de competência e habilidades que permitam compreender a sociedade que vivemos. Onde o entendimento deste desenvolvimento da cidadania também significa a capacitação para saber avaliar o sentido do mundo em que se vive, os processos sociais e o papel de cada um nesses processos.

Conclusões

É evidente que nós, brasileiros, vivemos numa sociedade complexa, plural, diversa e desigual. A nossa diversidade e pluralidade, contudo, não se exhibe só através das diferentes culturas constituintes da população. É neste contexto que a escola pode criar condições e possibilidades para a inserção da diversidade cultural e da equidade social no seu cotidiano possibilitando um amplo conhecimento dos seus alunos preparando-os para lidar com as diferenças.

Referências

ALVES, Luciana. **Significados de ser branco – a brancura no corpo e para além dele/** Luciana Alves; orientação Marília Pinto de Carvalho. Dissertação de mestrado. São Paulo: USP, 2010.

ALVES, Roberta de Souza. **Ensino de História e cultura afro-brasileira e africana: da lei ao cotidiano escolar/** Roberta de Souza Alves/ Unesp-Bauru, 2007. 74p. Trabalho de Conclusão de Curso (Pedagogia) – Universidade Estadual Paulista – Unesp-Bauru – Faculdade de Ciências. Orientador. Prof. Dr. Clodoaldo Meneguelo C 2007.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos.** São Paulo: Cortez, 2005.

BOURDIEU, P. **Questões de sociologia.** Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. _____. Pontos de referência. In: _____. Coisas ditas. São Paulo: Brasiliense, 1990.

BRANDÃO Carlos Antônio; e DUARTE Fernandes Milton. **Movimentos Culturais de Juventude.** 2ª ed. São Paulo; Moderna, 2004.

Diretrizes Curriculares Nacionais Para Educação das Relações Étnico- Raciais e para o Ensino de história e cultura Afro-brasileira e africana. Brasília, 2005.

FREIRE Gilberto. Casa Grande e senzala: o negro na vida sexual do brasileiro. 49ª ed. São Paulo Global, 2004.

FERNANDES Florestan. A sociedade escravista no Brasil. Coleção Grandes Cientistas sociais, editora ática 2ª edição 2008.

FREIRE, P. Educação e mudança. 21 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

Lei 10639/03 - Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Etnicorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afrobrasileira e africana. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=>

outubro

de

2014.

NOVAES Eduardo Carlos; RODRIGUES Vilmar. Capitalismo para principiantes. São Paulo: Ática 2008.

Parâmetros Curriculares Nacionais em Ação - 5ª a 8ª séries. 1998. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br/sef/estrut2/pcn/pcn5a8.asp>>. Acesso em: 01 de outubro de 2014.

OLIVEIRA Carlos de. O Negro em Versos: Ebulição da escravatura. São Paulo: Moderna 2005.

POMAR Wladimir. Retrospectiva do século xx, Era Vargas A modernização Conservador. Ática 2008.

REIS José João. Presença Negra Conflitos e Encontro. pág 87ª 99 Brasil 500 anos de povoamento/IBGE 2ª ed. Rio de Janeiro IBGE 2007.

ROMANELLI, O. O. História da Educação no Brasil. 22 ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

SCHMIDT, M. A. & CAINELLI. **Ensinar história**. SP: Scipione, 2009.

SOUSA, Marina de Mello e. África e Brasil africano. 2ª ed. São Paulo: Ática 2008.